

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: ‘Choque de energia barata’ ainda sofre com tributação.....	2
Título: Fonte renovável perderá incentivo	3
Título: Privatização da Eletrobras corre risco no Senado.....	3
Título: EDP aumenta investimento em capital de risco no Brasil	6
Título: Shell vê preços do barril a caminho da normalidade.....	8
Título: Chefe da ENI pede redução das tensões no Oriente Médio	9
Título: Brasil atrai projetos de níquel, mas carece de melhor estrutura	11
Título: Minério mantém ritmo de queda	14
Título: Curtas	14
Título: Brasil gasta R\$ 40 milhões para melhorar imagem.....	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	17
Título: MEC não apoia proposta que prevê 40% de recursos da União ao Fundeb.....	17
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	18
Título: MEC pode mandar proposta própria sobre o Fundeb à Câmara.....	18
VEÍCULO: O Globo.....	20
Título: Litígio na bomba.....	20
Título: Dólar vai a R\$ 4,1623 por temor de recessão.....	21
Título: Devem-se evitar intervenções nos preços da Petrobrás	21
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	23
Título: ANP notifica postos.....	23

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/09/2019****Seção: Brasil****Autor: Edna Simão e Lu Aiko Otta — De Brasília****Título: 'Choque de energia barata' ainda sofre com tributação**

Cobrança do ICMS do gás natural é um dos empecilhos, afirma especialista

Os primeiros três meses do novo mercado do gás, que é a base do “choque de energia barata” prometido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, “foram positivos, até surpreendentes”, disse ontem **o secretário-executivo-adjunto do Ministério de Minas e Energia, Bruno Eustáquio.**

Em seminário sobre energia, ele comentou que a autorização para que empreendimentos em gás possam emitir debêntures incentivadas, emitida em junho passado, “mexeu bem com o mercado”. No mesmo mês, a Petrobras concluiu a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), considerada um passo fundamental para a entrada de competidores no mercado.

Mas a regulação ainda enfrenta empecilhos importantes. A especialista em gás do Oxford Institute for Energy Studies Ieda Gomes alertou que o mercado não vai se desenvolver se não for encontrada uma forma adequada de tributação. O gás natural é concessão dos Estados e é necessário mudar a forma como é cobrado o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

“Hoje, não pode importar gás por Recife e trazer para Santa Catarina por causa do ICMS”, disse. “É importante que o governo atue no ICMS.”

As discussões estão em curso, disse Eustáquio. Ele comentou que o Ministério da Economia tem sido procurado pelos Estados para discutir esse tema.

Luciano Veloso, especialista em regulação da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), informou que há uma extensa agenda regulatória à frente. Pelo cronograma, os trabalhos só serão concluídos em 2023.

Os ataques a bases produtoras de petróleo na Arábia Saudita poderão ter impacto no mercado de gás, se seus efeitos forem persistentes, avaliou Ieda. A

alta do preço do petróleo é boa para o Brasil porque o país é grande exportador, afirmou o diretor-geral da ANP, Décio Oddone. Ele comentou que, apesar das preocupações com a alta do preço dos combustíveis nas bombas, há retornos importantes para a sociedade na forma de royalties e participações especiais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/09/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt e Raphael Di Cunto — De Brasília

Título: Fonte renovável perderá incentivo

Subsídio encareceu contas em 6% entre 2013 e 2018

A proposta de modernização do setor elétrico, discutida em parte no Congresso e no governo, deve acabar com os incentivos oferecidos aos novos projetos de geração de energias renováveis, como eólica, solar, térmicas a biomassa e pequenas centrais elétricas. Hoje, esse segmento é beneficiado com descontos no uso das redes de transmissão e distribuição, o que é bancado pelos consumidores.

“Vamos levar a proposta de retirada de subsídios aos projetos de lei que estão no Congresso. A mudança vai respeitar os contratos atuais mantendo a previsibilidade no setor”, disse o **diretor de programas da secretaria-executiva do Ministério de Minas e Energia, Francisco Silva**.

Os incentivos às fontes renováveis foram criados para atrair investidores. Nos últimos anos houve grande aumento da oferta de projetos e redução do preço da energia renovável.

O diretor-geral da Aneel, André Pepitone, apoiou a iniciativa do governo de cortar o incentivo diante da constatação de que o mercado de renováveis já está maduro o suficiente para competir sem precisar de ajuda. Segundo ele, entre 2013 e 2018, o custo do subsídio, repassado às contas de luz, saltou R\$ 5,5 bilhões, para R\$ 10,4 bilhões, com impacto de 6% nas tarifas vigentes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/09/2019

Seção: Política

Autor: Renan Truffi e Edna Simão — De Brasília

Título: Privatização da Eletrobras corre risco no Senado

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse ontem que o governo não tem voto suficiente no Senado para avançar na privatização da Eletrobras. Ele sugeriu que as privatizações comecem por outras companhias estatais, a exemplo dos Correios. Alcolumbre descartou, também, uma outra ideia esboçada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de obter um “fast track” para acelerar o programa de privatizações do governo Bolsonaro. A discussão, segundo ele, terá que ser “caso a caso”.

Quase todos os senadores do Norte e do Nordeste estão contra a venda da Eletrobras, “inclusive eu”, disse o presidente do Senado que é do Amapá, lembrando, ainda, que o governo não tem base de sustentação política no Congresso para garantir a aprovação da operação.

“Tem que ter uma agenda de privatizações. O governo não pode começar pela Eletrobras. Começa com o que tem mais facilidade para depois ir para o que tem mais dificuldade”, disse Alcolumbre, durante o evento “E agora, Brasil?” organizado pelo jornal “O Globo” em parceria com o **Valor**, em Brasília.

O alerta de Alcolumbre joga um balde de água fria nas pretensões da área econômica do governo, que considera a privatização da Eletrobras uma das prioridades para 2020 não só do ponto de vista fiscal, mas para assegurar os investimentos necessários para a expansão da oferta de energia, já que o grupo Eletrobras não tem os recursos necessários para garantir o atendimento da demanda futura.

A proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o ano que vem prevê R\$ 16,2 bilhões com a desotização da Eletrobras. Se a operação não for aprovada, o governo terá que encontrar uma saída para compensar essa perda de receita.

“Se você me perguntar hoje, qual seria uma empresa que com muita dificuldade seria privatizada seria a Eletrobras. Se o governo continuar insistindo em colocá-la como o primeiro passo, acho que pode acabar prejudicando as outras empresas estatais [cuja venda] seria importante para nossa modernização”, ressaltou o presidente do Senado.

Segundo ele, 48 senadores do Norte e do Nordeste já manifestaram receio de autorizar a privatização da estatal do setor elétrico. Na sua avaliação, a resistência à venda dos Correios é menor, hoje, e, portanto, a ECT poderia vir a liderar a lista de alienação das empresas públicas federais.

Durante o debate, Alcolumbre ressaltou a importância da aprovação de uma reforma tributária focada na simplificação e sem aumento de carga tributária. A área econômica discutia a possibilidade da criação de um imposto sobre transações financeiras, que ficou conhecido como nova CPMF, para financiar a desoneração da folha de salário das empresas da contribuição previdenciária.

“Se tivermos oportunidade de desonerar, vamos desonerar, mas não vamos fazer nada que sufoque mais os brasileiros”, salientou o presidente do Senado. “Vamos fazer [primeiro] a simplificação de impostos, cada dia com sua agonia”, disse.

Ele enfatizou a importância da aprovação da reforma da Previdência para dar sustentabilidade às contas públicas. Sobre o novo Pacto Federativo proposto pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, Alcolumbre citou algumas iniciativas que fazem parte da descentralização de receitas e despesas entre a União os Estados e os municípios. “Já foi acordada a aprovação de um projeto que permite a realização de securitização por Estados e municípios e, também, para aumentar em quatro anos o prazo para pagamento dos precatórios.

Ele considerou “natural” que o Congresso venha a discutir em breve a volta do financiamento privado de campanha. Segundo ele, isso deve acontecer diante das críticas feitas pela sociedade em torno dos valores discutidos para o financiamento público de campanha eleitoral e, também, por conta da difícil situação da economia brasileira

“Diante do debate que foi estabelecido em relação ao momento que estamos vivendo, naturalmente isso [debate sobre volta do financiamento privado] vai acontecer. Não dá para mudar o financiamento por lei ordinária. Não tinha tempo para fazer isso por proposta de emenda constitucional (PEC), que seria um debate mais longo”, afirmou.

Questionado sobre o fundo eleitoral, em discussão atualmente no Congresso, Alcolumbre voltou a defender que o valor de R\$ 1,7 bilhão, gasto nas eleições de 2018, é baixo para o tamanho da demanda das eleições municipais de 2020. “Eu fiz uma comparação com as eleições passadas. O que eu me posicionei foi fazendo contas”.

O presidente do Senado negou que tenha havido qualquer tipo de divisão no Congresso. A Câmara aprovou um projeto que afrouxa as regras de financiamento para partidos políticos em períodos eleitorais. O Senado, por sua vez, derrubou essas mesmas mudanças. A Câmara, porém, recolocou no projeto

as alterações derrubadas pelo Senado, em uma clara desautorização daquela Casa.

O assunto colocou Câmara e Senado em rota de colisão, mas o presidente do Senado negou que tenha havido desentendimentos entre as duas Casas ou, ainda, entre ele o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, seu colega de partido. “Não houve nem racha nem acordo”, comentou Alcolumbre. No evento, o senador do Amapá procurou minimizar também sua atuação na votação da minireforma eleitoral, quando tentou colocar o projeto em votação repentinamente, sem tramitação prévia em nenhuma comissão, o que irritou parte dos senadores da Casa, que estavam contrários ao tema. Na versão de Alcolumbre, sua intenção era apenas acelerar a aprovação do projeto. “A Câmara tomou uma decisão em relação a uma matéria e eu coloquei um pouco de pressa era minha preocupação definir uma regra de financiamento de campanha. Não me debrucei sobre a matéria como um todo”, justificou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia — De São Paulo

Título: EDP aumenta investimento em capital de risco no Brasil

Com pouco mais de um ano de atuação, a EDP Ventures Brasil, braço de investimento de capital de risco do grupo EDP, concluiu seu terceiro investimento no país, o segundo em parceria com a gestora de recursos Inseed. Desta vez, quem recebeu o aporte foi a Fractal Engenharia e Sistemas, que desenvolve soluções para previsão de eventos hidrológicos e sistemas capazes de auxiliar o gerenciamento de barragens. Com o negócio, a companhia se posiciona como uma das primeiras elétricas a ter no Brasil um veículo específico voltado para inovação por meio de recursos próprios, sem depender de verbas regulatórias.

“Não investimos só em empresas de energia, mas em qualquer solução que gere impacto na nossa cadeia de valor, pensando como uma empresa integrada”, disse Livia Brando, gestora executiva de estratégia, inovação e ventures da EDP no Brasil. A catarinense Fractal apareceu como uma opção por já ser uma prestadora de serviços para a própria EDP. Com o aporte de R\$ 4,5 milhões, a empresa passa a atuar como uma consultoria no desenvolvimento de uma plataforma integrada com mais soluções e ganha escala no mercado.

O investimento, embora pequeno quando comparado ao porte da EDP, é importante por se tratar de um setor no qual a companhia pretende ter “as

melhores práticas de mercado”, que é a gestão de barragens. O algoritmo desenvolvido pela Fractal permite avaliar meteorologia, modelagem e estatísticas de chuvas, a fim de antecipar como elas vão se materializar nas barragens. “Isso ajuda não só na operação das usinas e em nossa relação com o ONS [Operador Nacional do Sistema Elétrico], mas também na questão de gerenciamento do risco hidrológico e das comunidades onde atuamos”, disse Livia.

“O software é ‘instalável’ em qualquer geografia, já estamos vendo como levar um projeto piloto para a EDP em Portugal, já que lá também tem geração hídrica, como no Brasil”, disse Livia.

Com a entrada dos recursos, a Fractal vai investir na assertividade de suas projeções, a fim de que fiquem mais corretas e assimilem mais dados, disse Henrique Lucini Rocha, presidente da companhia.

Segundo Rosário Cannata, gestora de investimentos da EDP Ventures no Brasil, a companhia enxerga muito espaço para agregar valor em startups, mesmo fora do setor de energia. Há, por exemplo, interesse de investir em fintechs que possam trazer soluções para o faturamento das contas de seus milhões de clientes em distribuição de energia no país.

A parceria com a Inseed é bem vista pela EDP. Enquanto a companhia, como veículo de corporate venture capital, contribui com capacidade de gestão e governança, a gestora tem maior capacidade de relacionamento com investidores, principalmente estrangeiros. “Queremos olhar investimentos com startups e sempre que possível co-investir com veículos de venture capital tradicionais. Achamos que isso traz muito valor”, disse Rosário.

“A EDP Ventures é uma das primeiras a fazer corporate venture capital no Brasil, algo que já é bem desenvolvido fora daqui”, disse Gustavo Junqueira, presidente da Inseed. Segundo ele, a elétrica agrega grande conhecimento técnico e mercadológico nos investimentos feitos.

No total, a EDP Ventures tem um orçamento de R\$ 30 milhões para investir no Brasil, montante que deve se esgotar em dois ou três anos, “até termos um portfólio robusto de empresas”, disse Livia. Segundo Rosário, a companhia não tem “ansiedade” para levantar mais fundos. “Só temos um bolso para pedir dinheiro”, disse ele, se referindo ao grupo EDP.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/09/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho — Do Rio****Título: Shell vê preços do barril a caminho da normalidade**

O presidente da Shell no Brasil, André Araujo, acredita que, depois da escalada dos preços do petróleo que estressou a economia global na segunda-feira, o mercado caminha para se ajustar. Uma das maiores petroleiras do mundo, a multinacional mantém um olho nas notícias que vêm do Oriente Médio e afetam suas áreas de atuação e outro nas mudanças da indústria de energia. A companhia se prepara para aumentar sua presença em renováveis e dedicar uma atenção especial ao gás natural - combustível fóssil, mas menos poluente que o diesel e carvão. Ao colocar o Brasil entre os destinos prioritários de seus investimentos, a empresa mira oportunidades em energia solar no país, ao mesmo tempo em que busca mercados para o seu gás do pré-sal.

Para Araujo, a volatilidade dos preços do petróleo, nesta semana, “não muda em nada” o mercado. “Historicamente, [o setor de óleo e gás] sempre trabalhou com volatilidade. Não é primeira vez que temos guerras, boicotes e momentos que criam uma tensão grande que se reflete em 24 horas no preço da commodity. A tendência, com as informações que temos hoje [ontem], é de que mercado vai caminhando para um centro de preço muito ligado à oferta e demanda”, afirmou o executivo, a jornalistas, durante o Eco-marathon Brasil, competição de eficiência energética em veículos promovida pela empresa.

No primeiro dia de negócios após o ataque de drones às instalações de produção da Arábia Saudita, o preço do barril tipo Brent subiu 14,6%, na segunda-feira, cotado a US\$ 69,02, mas cedeu nos dias seguintes, em meio ao anúncio do governo saudita, de que espera recuperar a produção até o fim do mês. Ontem houve uma nova alta, de 1,2%, a US\$ 64,40, diante das informações de que o país árabe está importando barris para honrar com suas entregas ao mercado. Na semana, a alta acumulada é de 6,8% nos preços da commodity.

A Shell é a segunda maior produtora de óleo e gás do Brasil, atrás apenas da Petrobras. Sócia da estatal em dois dos principais campos do pré-sal (Lula e Sapinhoá), a multinacional está atuante na busca por mercados para o gás. Segundo Araujo, a petroleira avalia desde novos investimentos em geração - a companhia detém uma fatia de 29,9% no consórcio responsável pela termelétrica Marlim Azul (565 megawatts), em Macaé (RJ) - e a oportunidades no mercado livre de gás natural.

“A gente percebe um volume bem razoável no setor industrial. A perspectiva de ter mais disponibilidade de gás começa a atrair grandes setores industriais. [O setor industrial] Vai ser um grande complemento como alternativa de gás”, afirmou.

A Shell produz 14 milhões de metros cúbicos diários (m³ /dia) de gás, no Brasil, o equivalente a 11% de todo o volume produzido no país. Hoje, esses recursos são vendidos para a Petrobras, que compra de seus sócios o gás dos campos do pré-sal. A estatal, porém, se comprometeu junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a não renovar seus contratos para compra de gás de terceiros, o que abre oportunidades para empresas como a Shell.

Araujo disse, no entanto, que a “grande oportunidade” de negócios, neste momento, está na busca de clientes para o gás extra que virá do aumento de sua produção e que não tem contrato com a Petrobras. Um primeiro passo, nessa direção, foi a entrada da empresa no projeto de Marlim Azul, como fornecedora de gás e sócia do consórcio que vai operar a térmica. Além do gás produzido no Brasil, a Shell também busca aumentar sua presença no mercado brasileiro por meio da importação de volumes da Bolívia - onde a empresa também produz. Nesse sentido, a companhia mantém negociações com as distribuidoras de gás canalizado, em busca de novos clientes.

A Shell também tem a intenção de entrar no setor de geração de energia solar no mercado brasileiro. Araujo disse que a empresa tem investido entre US\$ 1,5 bilhão e US\$ 2 bilhões por ano em “novas energias”, mas que pretende elevar esse patamar para US\$ 3 bilhões anuais, com foco em renováveis. Ele acredita que o Brasil será um dos destinos prioritários de seu crescimento nessa área.

“Há países que são prioritários e o Brasil é um deles... Estamos estabelecendo nossa equipe de novas energias, no Brasil. Temos um grupo já estabelecido na área solar e estamos buscando oportunidades. Não temos uma pressão de termos projetos numa data específica, mas vamos buscar projetos que façam sentido e sejam competitivos. Em algum momento vai sair alguma coisa”, afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Anjli Raval, Andrew England e David Sheppard — Financial Times, de Abu Dhabi e Londres

Título: Chefe da ENI pede redução das tensões no Oriente Médio

O executivo-chefe da Eni, petrolífera italiana que embarcou em grandes planos de expansão no Oriente Médio, pediu aos líderes mundiais para tentarem abrandar as crescentes tensões no Golfo Pérsico. “Não podemos correr o risco de uma guerra”, disse Claudio Descalzi, depois dos ataques no fim da semana passada contra instalações de processamento de petróleo em Abqaiq, na Arábia Saudita, e um grande campo petrolífero no mesmo país. “Não podemos correr o risco de um grande conflito que possa envolver mais países. Não é apenas uma questão de segurança energética, é uma questão de vidas humanas”, acrescentou o executivo-chefe da empresa, a maior do setor de petróleo e gás na Itália.

Washington e Riad culpam o Irã pelos ataques em Abqaiq, maior instalação de processamento de petróleo do mundo, e no campo petrolífero de Khurais, que interromperam metade da produção saudita e fizeram o preço do petróleo subir quase 15% na segunda-feira.

A Eni investe pesadamente na região para diversificar suas operações geograficamente, uma vez que atua em áreas consideradas ainda mais arriscadas, incluindo partes da África. A empresa pretende investir US\$ 2,5 bilhões na exploração e produção nos Emirados Árabes Unidos, em Omã e no Bahrein, entre 2019 e 2022, o que deve elevar sua produção em 400 mil barris diários.

Falando a repórteres e analistas em Abu Dhabi, Descalzi disse que começaram a surgir uma nova série de riscos geopolíticos em países ricos em petróleo onde está localizada parte da infraestrutura mais importante do mundo.

“Mesmo se um centro estiver muito protegido, todos [os demais] podem ser alvos”, disse. “O que aconteceu está mudando algo [...] mais tensão vai exigir mais atenção, mais segurança, mais controles. Se todas nossas instituições pelo mundo forem sensatas, elas também vão trabalhar diplomaticamente.”

O grupo italiano também pretende elevar os investimentos na região em projetos de refino e na área química, principalmente por meio de uma parceria com a petrolífera estatal de Abu Dhabi.

Rebeldes houthis, que estão alinhados com o Irã e lutam há quatro anos no Iêmen contra uma coalizão liderada pelos sauditas, assumiram a responsabilidade pelos ataques no fim de semana. Autoridades sauditas disseram que os ataques não tiveram origem no Iêmen e acrescentou que os houthis estão “acobertando” o Irã.

O governo iraniano nega qualquer envolvimento. O ataque, no entanto, está sendo visto como parte de tensões regionais mais amplas, desencadeadas pelo impasse entre o governo Trump e a república islâmica. O secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, descreveu os ataques como um “ato de guerra” e viajou para Jidda para conversar com o príncipe herdeiro saudita Mohammed bin Salman, que na prática é o líder do país.

A Arábia Saudita é o aliado árabe mais próximo dos EUA e tem sido um forte defensor da estratégia de “máxima pressão” de Trump contra o Irã.

O ministro da Defesa da Arábia Saudita, coronel Turki al-Malki, disse na quarta-feira que os ataques foram lançados a partir do norte e envolveram 18 drones iranianos e 7 mísseis de cruzeiro. Também disse que os investigadores ainda trabalham para determinar qual foi o ponto exato de lançamento.

Técnicos sauditas no setor petrolífero reiteraram que o país vai retomar os níveis de produção anteriores ao ataque até o fim do mês. Ainda assim, o incidente coloca em evidência a vulnerabilidade de partes essenciais da infraestrutura do maior exportador mundial de petróleo.

Fontes próximas ao ministro da Energia da Arábia Saudita alertaram para a possibilidade de que a retomada total da produção leve mais tempo, dada a extensão dos danos. A interrupção deixou o mercado de petróleo com uma capacidade de produção excedente mínima para o caso de que aconteça algum outro incidente.

O grupo houthi comunicou na quarta-feira que havia identificado dezenas de locais nos Emirados Árabes Unidos como alvos para ataques. Os Emirados Árabes Unidos formam parte da coalização liderada pelos sauditas que combate rebeldes no Iêmen, no que se tornou uma guerra civil multifacetada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: Brasil atrai projetos de níquel, mas carece de melhor estrutura

Com a melhora do preço do níquel no mercado internacional e a corrida para produção de baterias para veículos elétricos, o Brasil começou a atrair investimentos de empresas juniores de mineração voltados para a exploração

desse mineral. Mas corre o risco de perder essa corrida para países mais estruturados para a atividade de mineração, como o Canadá.

Uma das empresas interessadas é a Horizonte Minerals, que tem uma lavra em Carajás (PA) e conseguiu investimentos do Orion, um grupo de Private Equity que aportou US\$ 25 milhões no projeto. Segundo Katie Millar, diretora de sustentabilidade e relações externas da companhia, o valor total do investimento é de US\$ 443 milhões e os recursos do Orion terão como garantia a produção da mina. “Estamos em fase de financiamento do projeto e faremos em duas etapas. A primeira é o investimento do Orion. Dentre outros investidores institucionais na Horizonte estão Teck Resources, Glencore e J.P. Morgan. O objetivo é fechar o pacote de investimento em nove ou 12 meses.”

O projeto da Horizonte Minerals no Pará consiste em duas frentes. A de ferroníquel Araguaia é voltada para o mercado de aço inoxidável. A outra é o projeto de níquel cobalto Vermelho, direcionada ao mercado de veículos elétricos. As duas estão localizadas em Carajás, no Pará, próximos às minas da Vale.

Katie acrescentou que a companhia, listada nas bolsas de Londres e Toronto, conseguiu a licença de instalação em janeiro deste ano. A expectativa é de produzir, anualmente, 14,5 mil toneladas de concentrado de níquel e aproximadamente 52 mil toneladas de ferro-níquel.

“Temos reservas para produção por 28 anos. Com as licenças em mãos e a definição do financiamento, a nossa expectativa é iniciar as operações em 2022”, afirmou a executiva, acrescentando que as obras devem começar no próximo ano. “Deverão ser gerados mais de mil postos de trabalho durante a construção das instalações e outros 500 na operação”, afirmou Katie.

Segundo a companhia, a produção ao longo dos 28 anos deve gerar fluxo de caixa de US\$ 1,6 bilhão, tendo taxa de retorno superior a 20% sobre um custo de capital inicial de US\$ 443 milhões. “A venda irá depender do mercado consumidor. O Brasil tem alguma produção de aço inoxidável, no entanto, produz mais ferro-níquel do que consome. Assim, é provável que todo ou a maior parte do produto seja exportado”, ressaltou.

Para exportar a produção, segundo a companhia, será utilizada a logística já existente no Estado, sendo transportada por caminhão até o porto de Vila do Conde, no Norte do Pará.

Outra companhia que estrutura um projeto no Brasil, mas na região Nordeste, é a Brazilian Nickel, que comprou a licença minerária da Vale em 2014 e desde então já desembolsou US\$ 75 milhões na aquisição e pesquisas na cidade de

Capitão Gervasio Oliveira (PI), onde está localizada a lavra. A Brazilian Nickel criou então a subsidiária Piauí Níquel para tocar o projeto no país.

“O plano é de investimento de US\$ 500 milhões para a produção de 24,5 mil toneladas de concentrado de níquel por ano. Mas, como é um valor alto, vamos, no primeiro momento, colocar para operar uma planta de demonstração com investimento menor, de US\$ 40 milhões”, afirmou o gerente de Meio Ambiente e Relações Institucionais da empresa, Marcelo Ridge Moreira.

De acordo com ele, a unidade de demonstração terá capacidade de produção de 1,4 mil toneladas de concentrado de níquel que serão exportadas. “A ideia é gerar fluxo de caixa e assim buscar financiamento para o projeto maior”, afirmou Moreira. O executivo acrescentou que para os US\$ 40 milhões iniciais já existem dois fundos de investimentos em mineração analisando o projeto e até o fim do ano deverá estar fechado o aporte.

“Definida a captação dos recursos, as obras devem durar 12 meses. Dessa forma, a estimativa é que a planta de demonstração entre em operação em 2021”, disse Moreira. Segundo ele, o processo de licenciamento já está bastante adiantado e a concessão da licença prévia deverá ocorrer em, no máximo, dois meses.

A empresa ainda não está listada em bolsa, mas deverá abrir o capital no mercado da Inglaterra, Canadá, Austrália ou Hong Kong. “Os mercados de capitais desses países são mais amigáveis para projetos desse tipo. Já fizemos um ‘road show’, mas tivemos que postergar o IPO (sigla em inglês para oferta pública inicial de ações) por conta do preço do níquel. O mercado não estava favorável.”

Na quarta-feira, a cotação do mineral chegou a US\$ 17,25 mil a tonelada. Para Ronaldo Valiño, sócio da PwC Brasil, o Brasil tem capacidade para atrair investimentos, mas países com ambientes mais estruturados para projetos de mineração podem sair na frente nessa corrida. “O Canadá tem boas reservas e políticas mais estruturadas para a atividade mineral. Dessa forma, acredito que poderá atrair mais investimentos do que o Brasil”, disse Valiño.

Segundo ele, apesar do Brasil ter boas reservas de níquel, há ainda dificuldades na concessão de licenciamentos e na obtenção de capital. “Hoje, na bolsa brasileira não existem muitas empresas de mineração. Não é uma atividade que atraindo investidores. Além disso, o Brasil tem problemas logísticos. Há muitas barreiras para o país se tornar um grande produtor mundial. Tem muita coisa para se resolver”, afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/09/2019****Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes — De São Paulo****Título: Minério mantém ritmo de queda**

Commodity apresenta quedas diárias consecutivas nesta semana

O minério de ferro acelerou ontem o movimento de correção verificado desde o início desta semana, diante do maior pessimismo do mercado em relação ao ritmo de crescimento da China, maior consumidora global da commodity, neste ano e no próximo.

A guerra comercial com os Estados Unidos, na avaliação de economistas estrangeiros, deixará marcas mais relevantes do que se projetava na segunda maior economia do mundo.

De acordo com a publicação especializada “Fastmarkets MB”, o minério com teor de 62% negociado no porto de Qingdao perdeu ontem US\$ 3,19, ou 3,31%, para US\$ 93,23 por tonelada.

Com esse desempenho, os preços da matéria-prima do aço reduziram a 10% a alta acumulada em setembro. No ano, os ganhos caíram a 28%.

A commodity vem apresentando uma série de quedas diárias consecutivas. Na quarta-feira, o minério já tinha caído 0,77% na pesquisa realizada pela “Fastmarkets MB”. Na terça-feira, segundo a mesma fonte, a queda foi de 1,3%. Na segunda, a perda foi de 0,86%.

O que pode puxar o consumo de minério no curto prazo é o feriado do dia nacional na China, de 1 a 7 de outubro. Segundo a Dow Jones Newswires, o consumo de aço está aumentando à medida que os empreendedores imobiliários aceleram as suas obras antes da parada de um semana no próximo mês.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/09/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Curtas**

O conselho de administração da Neoenergia aprovou ontem a construção da totalidade do complexo eólico de Oitis, que terá 566,5 megawatts (MW) de potência e envolverá R\$ 1,9 bilhão em investimentos. A fatia de 30% da energia do projeto foi vendida no leilão A-4 realizado em junho deste ano, com entrega em 2023, ao preço de R\$ 80 por megawatt-hora (MWh). O restante do empreendimento terá a energia destinada ao mercado livre, com fator de capacidade médio de 50% e início da operação comercial em meados de 2022. A companhia não informou se já tem contratos de longo prazo para venda da energia no mercado livre. O complexo ficará nos estados do Piauí e Bahia.

Produção de aço recua

Refletindo a fraqueza da economia do país e paradas de altos-fornos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da ArcelorMittal Tubarão, a produção brasileira de aço bruto registrou queda de 13,4% em agosto, para 2,5 milhões de toneladas, na comparação anual, segundo o Instituto Aço Brasil. Em oito meses, o volume atingiu 22,2 milhões de toneladas, queda de 5,4% frente ao mesmo período do ano anterior. A produção de laminados foi de 1,8 milhão de toneladas, 3,3% inferior do que um ano atrás. No período de oito meses, foi de 15,4 milhões de toneladas, queda de 2,5% em relação ao registrado em igual período do ano passado. As vendas internas recuaram 7,2% frente a agosto de 2018 e atingiram 1,6 milhão de toneladas. No ano, até agosto, foram 12,4 milhões de toneladas, retração de 1,5% frente ao período de oito meses de 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/09/2019

Seção: Política

Autor: Fabio Murakawa — De Brasília

Título: Brasil gasta R\$ 40 milhões para melhorar imagem

O governo lança amanhã uma ofensiva publicitária para tentar melhorar a imagem do país no exterior, desgastada pelas críticas internacionais à política ambiental do governo Jair Bolsonaro. Na visão do Palácio do Planalto, essas críticas se avolumaram após o fechamento do acordo comercial Mercosul-União Europeia.

A campanha, batizada de “Brazil by Brasil” e orçada em R\$ 40 milhões, terá início às vésperas do discurso do presidente Jair Bolsonaro na Assembleia-Geral das Nações Unidas. O presidente, que se recupera de uma cirurgia realizada em 8 de setembro, tem se esforçado para viajar a Nova York e pretende usar o seu

discurso também para rebater acusações de que seu governo trabalha contra a preservação do meio ambiente.

“O objetivo é principalmente restabelecer a verdade e mostrar aos países estrangeiros para o público alvo estrangeiro todos os ativos que o Brasil tem, que são inúmeros, são milhares”, diz o secretário especial de Comunicação Social da Presidência, Fabio Wajngarten. “O Brasil é uma potência mundial e ninguém vai atacar a nossa soberania com campanhas de ‘fake news’.”

A campanha, elaborada pela agência Calia, terá inserções em TVs e redes sociais, além de publicidade estática em aeroportos e metrô de cidades como Berlim, Amsterdã, Oslo, Nova York, Londres e Paris. As peças terão versões em inglês, francês, alemão, holandês e norueguês.

O planejamento da Secom é que a propaganda brasileira no exterior dure até o fim do ano.

“O público alvo é tanto o da população comum quanto o de possíveis investidores e empresários”, explica o secretário. “Por isso as inserções tanto em estações de metrô como em aeroportos.”

Segundo Wajngarten, não será trabalhada a imagem pessoal do presidente em nenhum momento.

O **Valor** teve acesso aos comerciais que serão veiculados nas televisões estrangeiras. São, ao todo, quatro peças publicitárias que destacam a biodiversidade, a matriz energética limpa, o agronegócio e a produção de petróleo em águas profundas. Todas começam com a frase “O mundo precisa conhecer o Brasil pelo Brasil”.

Além da publicidade, a campanha internacional prevê o lançamento de uma site institucional (brazilbybrasil.com).

Wajngarten também aposta no discurso de Bolsonaro na ONU como um trunfo para trabalhar a imagem do país. “Claro que [o discurso] vai ser importante”, disse. “Todas as oportunidades que o governo tiver para se comunicar são muito importantes, relevantes, estratégicas.”

Bolsonaro referiu-se ontem ao discurso em sua “live” semanal no Facebook. Falando ao lado do **diretor de biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, Miguel Ivan Lacerda de Oliveira**, o presidente admitiu esperar que será alvo de críticas durante sua estada em Nova York, entre segunda e terça-feira da semana que vem.

“Se Deus quiser, vou estar em Nova York na próxima terça-feira”, disse Bolsonaro. “Estou preparando um discurso bastante objetivo, diferente de outros presidentes que me antecederam. Vou apanhar da mídia, com certeza.”

Segundo Bolsonaro, “o Brasil está preocupado com a questão ambiental e faz a sua parte”. “Os ataques que o Brasil está sofrendo é porque é uma potência”, afirmou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/09/2019

Seção: Economia

Autor: Camila Turtelli / Brasília

Título: MEC não apoia proposta que prevê 40% de recursos da União ao Fundeb

Para ministro Weintraub, 15% de aumento gradual nos aportes é suficiente para garantir R\$ 4,3 mil por aluno por ano

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse ontem que não apoiará, no Congresso, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15 de 2015, da deputada Professora Dorinha Rezende (DEM-TO), para o novo modelo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Como mostrou ao Estado, a parlamentar, relatora do tema na Câmara dos Deputados, defende que o Fundeb seja permanente - pela legislação atual, o fundo deve ser extinto em dezembro de 2020 -, além do aumento da participação da União, dos atuais 10%, para 40% no longo prazo. “Consideramos que a proposta da Professora Dorinha fere o equilíbrio fiscal, vamos buscar outra solução”, disse o ministro.

O Ministério da Educação quer aumentar esse percentual para 15% de forma gradativa e atrelar esse incremento a cláusulas de desempenho dos governos beneficiados. O Ministério da Economia afirmou, por meio de nota, que apoia o aumento da parte da União no Fundeb para 15%, desde que a fonte dos recursos sejam os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ainda ontem, Weintraub se reuniu com o ministro da Economia, Paulo Guedes. O chefe da Educação disse que os dois ministérios estão alinhados e trabalham juntos para elaborar uma proposta. “Sempre trabalhamos unidos”, disse.

Weintraub afirmou que o governo pode agora enviar um texto próprio ao Congresso para manter o programa e que, inclusive, já chegou a conversar com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, sobre o assunto.

O Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional 53, de 2006. O mecanismo responde por mais de 63% das verbas hoje disponíveis para os níveis fundamental e médio, segundo o Ministério da Educação (MEC).

O Estadão/Broadcast mostrou na quinta-feira que a equipe econômica acompanha com apreensão o relatório da PEC 15. Pelas contas de técnicos do Ministério da Economia, a aprovação do texto pode aumentar o gasto do governo federal em mais de R\$ 855 bilhões em dez anos, anulando todo o esforço da reforma da Previdência. Impacto. Durante a apresentação do relatório na quarta-feira, a deputada apresentou números da consultoria legislativa da Câmara que apontam impacto de R\$ 279 bilhões para a União em dez anos. Ela, no entanto, não soube informar a base do cálculo nem se esses valores foram corrigidos pela inflação.

Para chegar aos 40%, a proposta de Dorinha prevê que novas fontes de arrecadação sejam destinadas ao Fundeb. A lista inclui 75% de tudo que União, Estados, municípios e Distrito Federal arrecadarem em royalties de extração mineral - inclusive, petróleo e gás.

Segundo Weintraub, o governo federal discorda dessa possibilidade. O MEC se baseia em estudos que estabelecem investimento mínimo de R\$ 4,3 mil por aluno, por ano, e diz que os 15% de verbas federais são suficientes. “A previsão do preço do petróleo é muito volátil. Quando ela introduz critérios como esse, e ainda dá um exponencial de trazer 40% em vez de 15%, ela aumenta essa volatilidade, trazendo mais instabilidade. Tecnicamente, foi uma surpresa e a gente está retirando o apoio.”

O Fundeb é composto por recursos das administrações municipais, estaduais e do Distrito Federal. Além disso, acrescentam-se a ele, hoje, 10% do total como contrapartida do governo federal para garantir que cada Estado e município cumpra um valor mínimo de gasto por aluno definido a cada ano pelo MEC.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/09/2019

Seção: Cotidiano

Autor:

Título: MEC pode mandar proposta própria sobre o Fundeb à Câmara

Brasília O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que o governo Jair Bolsonaro (PSL) discorda do texto apresentado na Câmara sobre a renovação do Fundeb, que prevê um salto na complementação da União de 10% para 40%. Segundo Weintraub, o governo estuda encaminhar um texto substitutivo próprio.

“A gente considera que a proposta da professora Dorinha fere o equilíbrio fiscal”, disse o ministro nesta quinta-feira (19) em entrevista à imprensa. “Agente vai buscar outra solução, estamos abertos ao diálogo.”

Weintraub esteve nesta quinta com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e também já conversou com o chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, para tratar do assunto. O envio de um texto de autoria do governo é uma das opções, segundo o ministro.

O relatório final sobre a renovação do Fundeb foi apresentado nesta quarta (18) na comissão especial que analisa o tema na Câmara pela deputada Professora Dorinha (DEM-TO), relatora do texto.

O MEC convocou uma coletiva de imprensa nesta quinta para, segundo Weintraub, deixar claro que o governo não apoia essa proposta.

O Fundeb reúne impostos de estados e municípios, e a complementação da União integra a distribuição entre estados (e respectivos municípios) que não atingiram um valor mínimo a ser gasto por aluno. Apesar de melhorar o cenário geral, ele não foi capaz de eliminar desigualdades.

O valor investido por aluno, considerando todas as fontes, varia quase sete vezes no país, entre os municípios com mais e menos recursos. Dos 5.570 municípios, 62% (3.199) têm disponíveis menos de R\$ 400 por mês por aluno. O fundo é o principal mecanismo de financiamento à educação básica, responsável por mais de 40% do que é gasto na etapa.

O mecanismo vence em 2020. O Congresso analisa sua renovação e caminha para torná-lo permanente ao incluí-lo na Constituição.

O texto da relatoria prevê que a complementação suba dos atuais 10% para 15% em 2021 e depois progrida 2,5 pontos percentuais a cada ano até alcançar 40%. Esse percentual converge com duas propostas que tramitam no Senado e reflete um esforço de aproximar as redações para garantir uma aprovação mais célere.

O Ministério da Educação e a área econômica do governo defendem uma complementação de até 15%, a ser alcançada de forma escalonada, sob o argumento de que esse percentual seria mais realista para as contas públicas. A ideia é que se aumente em um ponto percentual a cada ano.

“Estamos dispostos a gastar mais em educação, mas tem de ser dentro de critérios”, diz Weintraub.

Em 2019, a complementação da União ficou em R\$ 14,3 bilhões. Caso este texto seja aprovado, esses recursos teriam um aporte, ao chegar a 40%, da ordem de R\$ 43,2 bilhões no ano (ao levar em conta os dados de 2019, e desconsiderando o crescimento).

A renovação do Fundeb tem sido tratada no parlamento como uma das prioridades legislativas do ano, uma vez que as redes têm forte dependência do mecanismo.

A gestão Bolsonaro só entrou na discussão de modo oficial em junho, quando encaminhou ofício para a deputada Dorinha com o posicionamento do governo.

Weintraub disse que o governo foi pego de surpresa com o relatório. A primeira versão do texto da Câmara já previa uma complementação de 30%.

O texto de apresentação do relatório cita os royalties da exploração do petróleo como uma das possíveis origens de recursos. O ministro disse discordar da inclusão desse ponto, porque traria incertezas sobre os recursos disponíveis.

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) estimou, em audiência na Câmara, arrecadação anual em torno de R\$ 60 bilhões nos próximos cinco anos, entre royalties e participações especiais. Mas a origem dos recursos deve ficar para uma lei complementar.

A Proposta de Emenda à Constituição precisa ser votada nesta comissão especial, passar pelo plenário da Câmara e, em seguida, seguir para o Senado. Há, portanto, espaço para alterações.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/09/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Litígio na bomba

A Refinaria de Manguinhos, uma grande produtora de litígios judiciais, entrou com mais uma ação contra o governo do Rio. Pede a suspensão de multa de R\$ 276,5 mil por que teria deixado de recolher ICMS em importação.

'230 fundos que administram R\$ 65 trilhões pedem ao Brasil que proteja Amazônia'

Só falta agora Bolsonaro, na ONU, dizer que o capital está a serviço do comunismo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/09/2019

Seção: Economia

Autor: JOÃO SORIMA NETO SÃO PAULO

Título: Dólar vai a R\$ 4,1623 por temor de recessão

Ontem, um dia após o Banco Central reduzir a taxa básica de juros (Selic) de 6% para 5,5%, o dólar comercial subiu 1,43%, a R\$ 4,1623. É o maior patamar desde 3 de setembro, quando atingiu R\$ 4,1664.

No mercado de ações, o Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira (B3), operou em alta superior a 1% durante todo o pregão, mas perdeu força na reta final e fechou em queda de 0,18%, aos 104.339 pontos.

Na avaliação de Ricardo Gomes da Silva, diretor da corretora de câmbio Correparti, a alta do dólar reflete o temor dos investidores de uma recessão global. Apesar do corte de juros pelo Federal Reserve (Fed, o BC americano), as injeções de liquidez feitas esta semana, de US\$ 200 bilhões, acenderam a luz amarela para um possível encolhimento da economia global.

Na esteira do reajuste dos preços da gasolina e do diesel, os papéis da Petrobras fecharam em alta. As ações ordinárias (ON, com direito a voto) subiram 0,73%, a R\$ 30,24, enquanto as preferenciais (PN, sem voto) avançaram 0,26%, a R\$ 27,29. Influuiu ainda a alta do petróleo: o barril do tipo Brent teve valorização de 1,26%, a US\$ 64,40.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/09/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Devem-se evitar intervenções nos preços da Petrobrás

Interferência política na empresa prejudicará programa de venda de subsidiárias e o futuro da estatal

O monopólio estatal do petróleo, criado por Vargas em 1953 junto com a Petrobras, além de semear distorções no setor, fortaleceu, em políticos de esquerda e de direita, uma cultura intervencionista relacionada especialmente a tudo o que tem a ver com petróleo e energia em geral.

Se a dupla Lula-Dilma, bem como governantes anteriores, se fartou de manipular preços de combustíveis para mascarar a inflação, o presidente Bolsonaro, do outro extremo da topografia ideológica, demonstra dificuldades em conviver com a autonomia da Petrobras na fixação dos preços nas refinarias.

Já declarou nessas suas entrevistas-relâmpago que a estatal decide o assunto, mas é visível sua dificuldade em conviver com esta liberdade administrativa. Parecido com a resistência à reforma da Previdência, principalmente no que toca a corporações militares e policiais.

Os efeitos do ataque de milícias do Iêmen a instalações da Arábia Saudita, retirando do mercado, de uma hora para outra, cerca de 5% do suprimento mundial de petróleo, testam Bolsonaro. Não se sabe se resistirá a impulsos de impedir a empresa de manter a paridade dos preços internos às cotações internacionais da matéria-prima, em obediência às boas práticas da indústria.

A primeira onda de choque do ataque no mercado elevou a cotação do barril em 20%. Houve um arrefecimento com previsões sauditas de que o país reporia em pouco tempo a produção perdida. Mas tudo continua instável.

No primeiro momento, a Petrobras nada fez, e não tinha mesmo sentido seguir automaticamente a explosão de preços, diante da total imprevisibilidade do quadro. Mas, na quarta-feira, foi anunciado pela estatal que ontem a gasolina subiria em média 3,5% e o diesel, 4,2%.

Informa-se que esta defasagem já existia, portanto não se deve ligar uma coisa com a outra. Mas, na segunda à noite, Bolsonaro garantira que não haveria reajuste. A torcida é para que ele seja bem-informado sobre o que aconteceu, porque uma intervenção extemporânea na política de preços dos combustíveis será desastrosa para a estatal e o país.

Pode-se compreender o cuidado do presidente com seu eleitorado de caminhoneiros —para os quais foi lançado um eficiente cartão de compra antecipada de diesel—, mas ele precisa, por sua vez, entender que, sem que os preços internos reflitam o mercado internacional de petróleo, não haverá interesse dos grupos privados em adquirir refinarias e entrar de maneira firme no setor de gás.

É essencial para a empresa e o país que a Petrobras reduza sua participação nessas ramificações da indústria do petróleo, para ter capacidade financeira de se dedicar com prioridade à rentável exploração do pré-sal. Mas para isso é preciso dar garantia de estabilidade regulatória aos investidores.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 20/09/2019****Seção: Economia****Autor: Cristiane Noberto****Título: ANP notifica postos**

Após fiscalização realizada pelo Procon no Distrito Federal em postos de combustíveis devido denúncias de elevação dos preços depois da notícia de ataque a estações petrolíferas na Arábia Saudita, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) iniciou, ontem, uma operação para notificar os 320 postos da capital. A intenção é verificar irregularidades nos preços praticados nos últimos 10 dias.

Os donos de postos têm até cinco dias corridos para apresentar notas fiscais de aquisição dos combustíveis e cupons de venda sob pena de multa em caso de descumprimento. Aproximadamente 100 estabelecimentos foram notificados no primeiro dia de ação.

A ANP informou que, caso o posto não apresente a documentação no prazo, pode ser multado em, no mínimo, R\$ 5 mil. Se, após a análise da ANP, for constatada alguma irregularidade, será dado direito de resposta ao estabelecimento. Porém, caso a resposta ou o ato não tiver justificativa, serão acionados os órgãos de proteção, Procon e Cade, para aplicação de multas cabíveis. “A gente vai analisar as notas e os cupons fiscais para ver o que ocorreu e pedir para eles justificarem o aumento. Se houve elevação de custo, como o presidente do sindicato falou, a gente precisa confirmar”, afirmou o chefe do Núcleo Regional de Fiscalização do DF, Ottomar Lustosa.

O assessor do Banco Central Temóteo Barbosa, 67 anos, chegou ao posto que tinha combustível mais barato no caminho dele, na 206 Sul, mas se assustou. Ontem a gasolina estava R\$ 0,10 mais cara. “A gente não sabe qual é a política do governo nem o que está havendo por trás desse aumento”, disse. Segundo o gerente do estabelecimento Alexandre de Menezes Silva, o preço aumentou por conta do reajuste anunciado na quarta-feira pela Petrobras. Segundo ele, o posto precisou comprar para recompor estoque.

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do DF (Sindicombustíveis), Paulo Roberto Corrêa Tavares, afirmou que o revendedor sempre é visto como vilão dos aumentos. Entretanto, o litro do combustível tem muitas variáveis. Ele explicou que o verdadeiro culpado pelos reajustes são os impostos. “Os postos geram, pelo menos, 800 mil empregos diretos. O revendedor tem a menor margem de lucro da cadeia e

possui os maiores custos com funcionários, ambientais, licenças, energia, entre outros”.

Segundo a ANP, o preço é livre, e o revendedor pode praticar o preço que quiser, inclusive variando os valores durante o dia. O que não pode é vender os estoques por um preço maior do que o comprado, combinar preços ou aumentar ao mesmo tempo.

A agência ainda informou que não tem prazo definido para divulgar os postos que serão autuados. Isso depende da análise da assessoria técnica após a entrega de toda a documentação exigida.

**** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira***

MME / ASCOM .